

# **Legislação do Estado de Mato Grosso referente à Fauna e aos Recursos Pesqueiros**

**(Última atualização: 25/04/2025)**

Nota Explicativa 1: Alguns documentos contidos nesta base de dados têm caráter meramente informativo. Somente os textos publicados no Diário Oficial estão aptos à produção de efeitos legais.

Constituição Estadual	Leis Complementares	Leis	Outras Leis
Decretos	Instruções Normativas	Portarias	Resoluções Consema
Resoluções Cepasca	Outras resoluções	TCTs	Legislação Municipal

## **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

[Constituição do Estado de Mato Grosso, de 05 de outubro de 1989](#)

## **LEIS COMPLEMENTARES**

Lei Complementar nº 38, de 21 de novembro de 1995 - Dispõe sobre o Código Estadual do Meio Ambiente. ([DOE 21/11/1995 – págs. 1 a 5](#))

Alterações: Lei Complementar nº 70, de 15 de setembro de 2000 ([DOE 15/09/2000 – pág. 1](#))

- . Lei Complementar nº 86, de 13 de julho de 2001 ([DOE 13/07/2001 – pág. 3](#))
- . Lei Complementar nº 103, de 11 de janeiro de 2002 ([DOE 11/01/2002 – pág. 6](#))
- . Lei Complementar nº 109, de 25 de junho de 2002 ([DOE 25/06/2002 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 143, de 16 de dezembro de 2003 ([DOE 16/12/2003 – pág. 6](#))
- . Lei Complementar nº 189, de 26 de julho de 2004 ([DOE 26/07/2004 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 199, de 17 de dezembro de 2004 ([DOE 17/12/2004 – pág. 3](#))
- . Lei Complementar nº 208, de 05 de janeiro de 2005 ([DOE 05/01/2005 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 214, de 23 de junho de 2005 ([DOE 23/06/2005 – págs. 1 a 5](#))
- . Lei Complementar nº 222, de 08 de novembro de 2005 ([DOE 08/11/2005 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 232, de 21 de dezembro de 2005 ([DOE 12/01/2006 – págs. 1 a 8](#))
- . Lei Complementar nº 243, de 11 de abril de 2006 ([DOE 17/04/2006 – pág. 1](#)) (???)
- . Lei Complementar nº 259, de 07 de dezembro de 2006 ([DOE 07/12/2006 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 267, de 29 de dezembro de 2006 ([DOE 29/12/2006 – pág. 5](#)) (???)
- . Lei Complementar nº 282, de 09 de outubro de 2007 ([DOE 09/10/2007 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 328, de 27 de agosto de 2008 ([DOE 27/08/2008 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 380, de 23 de dezembro de 2009 ([DOE 23/12/2009 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 382, de 12 de janeiro de 2010 ([DOE 12/01/2010 – págs. 3 a 4](#))
- . Lei Complementar nº 384, de 19 de janeiro de 2010 ([DOE 20/01/2010 – págs. 5 a 6](#))
- . Lei Complementar nº 402, de 22 de junho de 2010 ([DOE 22/06/2010 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 409, de 01 de setembro de 2010 ([DOE 01/09/2010 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 412, de 13 de dezembro de 2010 ([DOE 13/12/2010 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 481, de 27 de dezembro de 2012 ([DOE 28/12/2012 suplemento – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 521, de 27 de dezembro de 2013 ([DOE 27/12/2013 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 523, de 30 de dezembro de 2013 ([DOE 30/12/2013 – págs. 4 a 5](#))
- . Lei Complementar nº 587, de 18 de janeiro de 2017 ([DOE 18/01/2017 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017 ([DOE 26/05/2017 – págs. 1 a 6](#))
- . Lei Complementar nº 595, de 10 de agosto de 2017 ([DOE 14/08/2017 – pág. 107](#))
- . Lei Complementar nº 639, de 30 de outubro de 2019 ([DOE 31/10/2019 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 671, de 24 de setembro de 2020 ([DOE 25/09/2020 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 699, de 19 de julho de 2021 ([DOE 20/07/2021 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 706, de 04 de novembro de 2021 ([DOE 04/11/2021 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 714, de 06 de janeiro de 2022 ([DOE 06/01/2022 – pág. 2](#))
- . Lei Complementar nº 717, de 28 de janeiro de 2022 ([DOE EE 28/01/2022 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 788, de 18 de janeiro de 2024 ([DOE 19/01/2024 – pág. 3](#))

Consolidação: [SEFAZ](#)

Lei Complementar nº 214, de 23 de junho de 2005 - Cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA. ([DOE 23/06/2005 – págs. 1 a 5](#))

Alterações: Lei Complementar nº 220, de 29 de setembro de 2005 ([DOE 29/09/2005 – págs. 1 a 3](#))

- . Lei Complementar nº 383, de 19 de janeiro de 2010 ([DOE 19/01/2010 – pág. 2](#))
- . Lei Complementar nº 390, de 20 de abril de 2010 ([DOE 20/04/2010 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 522, de 30 de dezembro de 2013 ([DOE 30/12/2013 – págs. 1 a 4](#))
- . Lei Complementar nº 566, de 20 de maio de 2015 ([DOE 20/05/2015 – págs. 1 a 10](#)) (Revogada pela [LC 566/2019](#))

Lei Complementar nº 233, de 21 de dezembro de 2005 - Dispõe sobre a Política Florestal do Estado de Mato Grosso. ([DOE 21/12/2005 – págs. 8 a 13](#))

Alterações: Lei Complementar nº 245, de 06 de junho de 2006 ([DOE 07/06/2006 – pág. 34](#))

- . Lei Complementar nº 251, de 15 de agosto de 2006 ([DOE 15/08/2006 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 252, de 29 de agosto de 2006 ([DOE 29/08/2006 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 308, de 25 de janeiro de 2008 ([DOE 25/01/2008 – pág. 4](#))
- . Lei Complementar nº 309, de 31 de janeiro de 2008 ([DOE 31/01/2008 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 311, de 26 de março de 2008 ([DOE 26/03/2008 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 312, de 04 de abril de 2008 ([DOE 04/04/2008 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 333, de 16 de outubro de 2008 ([DOE 16/10/2008 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 355, de 12 de maio de 2009 ([DOE 12/05/2009 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 412, de 13 de dezembro de 2010 ([DOE 13/12/2010 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 523, de 30 de dezembro de 2013 ([DOE 30/12/2013 – págs. 4 a 5](#))
- . Lei Complementar nº 567, de 01 de junho de 2015 ([DOE 01/06/2015 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 588, de 18 de janeiro de 2017 ([DOE 18/01/2017 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 643, de 28 de novembro de 2019 ([DOE 29/11/2019 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 645, de 29 de novembro de 2019 ([DOE 02/12/2019 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 663, de 15 de maio de 2020 ([DOE 18/05/2020 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 668, de 24 de julho de 2020 ([DOE 27/07/2020 – pág. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 698, de 13 de julho de 2021 ([DOE 14/07/2021 – págs. 1 a 3](#))
- . Lei Complementar nº 711, de 27 de dezembro de 2021 ([DOE 28/12/2021 – págs. 1 a 3](#))
- . Lei Complementar nº 772, de 01 de setembro de 2023 ([DOE EE2 01/09/2023 – pág. 1](#))

Lei Complementar nº 592, de 26 de maio de 2017 - Dispõe sobre o Programa de Regularização Ambiental - PRA, disciplina o Cadastro Ambiental Rural - CAR, a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais e o Licenciamento Ambiental das Atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos naturais, no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 26/05/2017 – págs. 01 a 06](#))

Alterações: Lei Complementar nº 632, de 12 de agosto de 2019 ([DOE 20/08/2019 – pág. 127](#))

- . Lei Complementar nº 668, de 24 de julho de 2020 ([DOE 27/07/2020 – pág. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 745, de 21 de julho de 2022 ([DOE EE 2 21/07/2022 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei Complementar nº 785, de 08 de janeiro de 2024 ([DOE 09/01/2024 – pág. 1](#))
- . Lei Complementar nº 786, de 08 de janeiro de 2024 ([DOE 09/01/2024 – pág. 1](#))

## **LEIS**

Lei nº 6.034, de 13 de julho de 1992 – Institui o Programa Estadual de Incentivo à Apicultura. ([DOE 13/07/1992 – pág. 1](#))

Lei nº 6.089, de 23 de outubro de 1992 - Dispõe sobre as doenças transmissíveis dos animais. ([DOE 23/10/1992 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 6.338, de 03 de dezembro de 1993 – Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal no Estado de Mato Grosso. ([DOE 03/12/1993 – págs. 1 a 2](#))

Alterações: Lei nº 8.422, de 28 de dezembro de 2005 ([DOE 28/12/2005 – págs. 15 a 16](#))

- . Lei nº 10.725, de 19 de julho de 2018 ([DOE 19/07/2018 – págs. 2 a 3](#))
- . Lei nº 10.798, de 09 de janeiro de 2019 ([DOE 14/01/2019 – pág. 30](#))
- . Lei nº 11.064, de 19 de dezembro de 2019 ([DOE 20/12/2019 – pág. 1](#))
- . Lei nº 12.387, de 08 de janeiro de 2024 ([DOE 09/01/2024 – págs. 3 a 6](#))

Lei nº 6.758, de 21 de março de 1996 - Declara de interesse ecológico as áreas alagáveis localizadas na planície do Pantanal Mato-grossense. ([DOE 21/03/1996 – pág. 14](#))

Lei nº 7.862, de 19 de dezembro de 2002 - Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos. ([DOE 19/12/2002 – págs. 8 a 14](#))

Alterações: Lei nº 9.132, de 12 de maio de 2009 ([DOE 12/05/2009 – pág. 3](#))

- . Lei nº 9.263, 03 de dezembro de 2009 ([DOE 03/12/2009 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei nº 11.220, de 01 de outubro de 2020 ([DOE 02/10/2020 – pág. 2](#))
- . Lei nº 12.150, de 16 de junho de 2023 ([DOE 19/06/2023 – págs. 5 a 6](#))
- . Lei nº 12.211, de 01 de agosto de 2023 ([DOE EE2 01/08/2023 – pág. 1](#))
- . Lei nº 12.497, de 25 de abril de 2024 ([DOE 26/04/2024 – pág. 1](#))

Lei nº 8.149, de 06 de julho de 2004 - Dispõe sobre a proibição da utilização, perseguição, destruição, caça, apanha, coleta ou captura de exemplares da fauna ameaçada de extinção, bem como a remoção, comércio de espécies, produtos e objetos que impliquem nas atividades. ([DOE 07/07/2004 – pág. 1](#))

Lei nº 8.317, de 03 de maio de 2005 - Dispõe sobre a declaração de imunidade ao corte da árvore conhecida como manduvi (*Sterculia striata*). ([DOE 03/05/2005 – pág. 1](#))

Lei nº 8.370, de 10 de outubro de 2005 - Cria o Jardim Zoológico do Estado de Mato Grosso. ([DOE 10/10/2005 – pág. 1](#))

Lei nº 8.464, de 04 de abril de 2006 - Dispõe, define e disciplina a piscicultura no Estado de Mato Grosso. ([DOE 04/04/2006 – págs. 1 a 3](#))

Alterações: Lei nº 8.682, de 18 de julho de 2007 ([DOE 18/07/2007 – pág. 1](#))

- . Lei nº 9.131, de 12 de maio de 2009 ([DOE 12/05/2009 – pág. 3](#))
- . Lei nº 9.619, de 04 de outubro de 2011 ([DOE 04/10/2011 – pág. 1](#))
- . Lei nº 9.933, de 07 de junho de 2013 ([DOE 07/06/2013 – pág. 2](#))
- . Lei nº 9.988, de 03 de outubro de 2013 ([DOE 03/10/2013 – pág. 2](#))
- . Lei nº 10.669, de 16 de janeiro de 2018 ([DOE 16/01/2018 – pág. 155](#))
- . Lei nº 10.693, de 23 de março de 2018 ([DOE 23/03/2018 – pág. 1](#))
- . Lei nº 10.894, de 27 de maio de 2019 ([DOE 28/05/2019 – pág. 47](#))
- . Lei nº 11.129, de 13 de maio de 2020 ([DOE 14/05/2020 - págs. 1 a 2](#))
- . Lei nº 11.756, de 11 de maio de 2022 ([DOE 12/05/2022 – pág. 2](#))

Lei nº 8.515, de 30 de junho de 2006 - Cria a Carreira dos Profissionais do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso. ([DOE 30/06/2006 – págs. 1 a 2](#))

Alterações: Lei nº 8.975, de 18 de setembro de 2008 ([DOE 19/09/2008 – pág. 1](#))

- . Lei nº 9.116, de 28 de abril de 2009 ([DOE 28/04/2009 – pág. 2](#))
- . Lei nº 9.399, de 30 de junho de 2010 ([DOE 30/06/2010 – pág. 26](#))
- . Lei nº 9.692, de 04 de janeiro de 2012 ([DOE 04/01/2012 – págs. 1 a 3](#))
- . Lei nº 9.756, de 14 de junho de 2012 ([DOE 14/06/2012 – pág. 1](#))
- . Lei nº 10.083, de 07 de abril de 2014 ([DOE 07/04/2014 – págs. 3 a 5](#))
- . Lei nº 10.083, de 07 de abril de 2014 ([DOE 10/07/2014 – pág. 95](#)) (manutenção do veto)
- . Lei nº 10.143, de 03 de julho de 2014 ([DOE 03/07/2014 – pág. 4](#))
- . Lei nº 10.206, de 18 de dezembro de 2014 ([DOE 18/12/2014 – pág. 2](#))
- . Lei nº 10.596, de 06 de setembro de 2017 ([DOE 06/09/2017 – págs. 1 a 3](#))

Lei nº 8.684, de 20 de julho de 2007 - Dispõe sobre a isenção de ICMS nas operações relativas à comercialização de peixes e jacarés criados em cativeiro, nas condições que especifica. ([DOE 20/07/2007 – pág. 1](#))

Alterações: Lei nº 8.837, de 25 de janeiro de 2008 ([DOE 25/01/2008 – pág. 7](#))

- . Lei nº 10.563, de 12 de julho de 2017 ([DOE 12/07/2017 – pág. 1](#))

Lei nº 8.788, de 27 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre o Agroturismo nas propriedades rurais do Estado de Mato Grosso. ([DOE 27/12/2007 – págs. 2 a 3](#))

Lei nº 8.830, de 21 de janeiro de 2008 - Dispõe sobre a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. ([DOE 21/01/2008 págs. 3 a 5](#))

Alterações: Lei nº 10.264, de 30 de janeiro de 2015 ([DOE 30/01/2015 – pág. 78](#)) (Obs: efeitos suspensos por liminar do MPE)

- . Lei nº 11.861, de 03 de agosto de 2022 ([DOE 04/08/2022 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei nº 12.591, de 05 de julho de 2024 ([DOE 15/07/2024 – pág. 341](#))
- . Lei nº 12.653, de 19 de setembro de 2024 ([DOE 20/09/2024 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 9.060, de 22 de dezembro de 2008 - Dispõe sobre os limites da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato Grosso. ([DOE 22/12/2008 – págs. 1 a 252](#)) ([MAPA](#))

Lei nº 9.074, de 24 de dezembro de 2008 - Disciplina atividade de pesca esportiva no Estado de Mato Grosso. ([DOE 24/12/2008 – pág. 9](#))

Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009 - Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso. ([DOE 16/01/2009 – págs. 2 a 5](#))

Alterações: Lei nº 9.130, de 12 de maio de 2009 ([DOE 12/05/2009 – pág. 3](#))

- . Lei nº 9.204, de 25 de agosto de 2009 ([DOE 25/08/2009 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei nº 9.794, de 30 de julho de 2012 ([DOE 30/07/2012 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei nº 9.798, de 09 de agosto de 2012 ([DOE 09/08/2012 – pág. 1](#))
- . Lei nº 9.893, de 1º de março de 2013 ([DOE 01/03/2013 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei nº 9.895, de 07 de março de 2013 ([DOE 07/03/2013 – pág. 2](#))
- . Lei nº 10.504, de 18 de janeiro de 2017 ([DOE 18/01/2017 – pág. 79](#))
- . Lei nº 11.406, de 08 de junho de 2021 ([DOE/EE 08/06/2021 – págs. 1 a 2](#))
- . Lei nº 11.406, de 08 de junho de 2021 ([DOE/AL-MT 10/09/2021 – págs. 261 a 262](#))
- . Lei nº 11.911, de 31 de outubro de 2022 ([DOE 01/11/2022 – pág. 5](#))
- . Lei nº 12.197, de 20 de julho de 2023 ([DOE 21/07/2023 – págs. 1 a 4](#))
- . Lei nº 12.197, de 20 de julho de 2023 ([DOE 04/09/2023 – pág. 91](#)) (Rejeição do veto pela AL/MT)
- . Lei nº 12.434, de 01 de março de 2024 ([DOE EE 01/03/2024 – págs. 2 a 3](#))

Lei nº 9.204, de 25 de agosto de 2009 - Disciplina a pesca subaquática no Estado de Mato Grosso. ([DOE 25/08/2009 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 9.408, de 01 de julho de 2010 - Dispõe sobre a Política Estadual de Desenvolvimento Sustentado da Aquicultura e da Piscicultura – PRÓ-PEIXE no Estado de Mato Grosso. ([DOE 01/07/2010 – pág. 9](#))

Alterações: Lei nº 9.619, de 04 de outubro de 2011 ([DOE 04/10/2011 – pág. 1](#))

. Lei nº 9.933, de 07 de junho de 2013 ([DOE 07/06/2013 – págs. 1 a 2](#))

. Lei nº 10.669, de 16 de janeiro de 2018. ([DOE 16/01/2018 – pág. 155](#))

. Lei nº 11.129, de 13 de maio de 2020 ([DOE 14/05/2020 - págs. 1 a 2](#))

Lei nº 9.502, de 14 de janeiro de 2011 - Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação – SEUC. ([DOE 10/02/2011 - págs. 1 a 6](#))

Lei nº 9.523, de 20 de abril de 2011 - Institui a Política de Planejamento e Ordenamento Territorial do Estado de Mato Grosso. ([DOE 20/04/2011 – págs. 1 a 5](#))

Anexos: [Suplemento DOE 20/04/2011 – págs. 1 a 75](#)

Lei nº 9.643, de 17 de novembro de 2011 - Dispõe sobre a contratação de responsável técnico ambiental em empresas potencialmente poluidoras. ([DOE 17/11/2011 – pág. 4](#))

Lei nº 9.796, de 31 de julho de 2012 - Institui a Política Estadual de Agroindústria Familiar do Estado de Mato Grosso. ([DOE 31/07/2012 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 10.063, de 12 de março de 2014 - Disciplina o transporte de animais doméstico e cão-guia nos sistemas regular e especial do transporte intermunicipal de passageiros. ([DOE 12/03/2014 – pág. 1](#))

Lei nº 10.083, de 07 de abril de 2014 - Reestrutura a Carreira dos Profissionais do Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso, alterando dispositivos da Lei nº 8.515, de 30 de junho de 2006. ([DOE 07/04/2014 – págs. 3 a 5](#)) ([manutenção do veto](#))

Lei nº 10.091, de 14 de abril de 2014 - Institui o Dia Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria no Estado de Mato Grosso. ([DOE 14/04/2014 – pág. 2](#))

Lei nº 10.143, de 03 de julho de 2014 - Adéqua a nomenclatura de cargos da carreira dos Profissionais de Meio Ambiente. ([DOE 03/07/2014 – pág. 4](#))

Lei nº 10.183, de 18 de novembro de 2014 - Dispõe sobre a Política Estadual do Turismo. ([DOE 18/11/2014 – págs. 1 a 2](#))

Alteração: Lei nº 12.064, de 14 de abril de 2023 ([DOE EE 14/04/2023 – pág. 4](#))

Lei nº 10.203, de 18 de dezembro de 2014 - Institui o Programa para Manejo e Proteção da Espécie "Pirarucu", no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 18/12/2014 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 10.445, de 03 de outubro de 2016 - Dispõe sobre a utilização de alimentos e/ou produtos alimentares produzidos pela agricultura familiar do Estado de Mato Grosso no ambiente escolar da rede estadual de ensino. ([DOE 03/10/2016 – págs. 5 a 6](#))

Lei nº 10.486, de 29 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado de Mato Grosso. ([DOE 29/12/2016 – págs. 1 a 11](#))

Alterações: Lei nº 10.766, de 25 de setembro de 2018 ([DOE 25/09/2018 – pág. 1](#))

. Lei nº 11.095, de 16 de março de 2020 ([DOE 17/03/2020 – págs. 1 a 2](#))

. Lei nº 12.004, de 10 de janeiro de 2023 ([DOE 10/01/2023 – pág. 4](#))

. Lei nº 12.215, de 23 de agosto de 2023 ([DOE 24/08/2023 – pág. 1](#))

. Lei nº 12.341, de 05 de dezembro de 2023 ([DOE 06/12/2023 – pág. 219](#))

Lei nº 10.502, de 18 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre o Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar e de Pequeno Porte - SUSAF-MT. ([DOE 18/01/2017 – págs. 67 a 68](#))

Alterações: Lei nº 12.580, de 26 de junho de 2024 ([DOE 03/07/2024 – págs. 156 a 157](#))

. Lei nº 10.673, de 17 de janeiro de 2018 ([DOE 17/01/2018 – pág. 1](#))

. Lei nº 10.673, de 17 de janeiro de 2018 ([DOE 22/03/2018 – págs. 1 a 3](#))

. Lei nº 10.905, de 18 de junho de 2019 ([DOE 19/06/2019 – págs. 1 a 2](#))

. Lei nº 12.828, de 25 de março de 2025 ([DOE 26/03/2025 – pág. 1](#))

Lei nº 10.516, de 02 de fevereiro de 2017 - Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar. ([DOE 02/02/2017 – págs. 65 a 66](#))

Lei nº 10.566, de 13 de julho de 2017 - Proíbe a retirada de penas de aves vivas para fins de manufatura individual, comercial e industrial no Estado de Mato Grosso. ([DOE 13/07/2017 – pág. 3](#))

Lei nº 10.589, de 09 de agosto de 2017 - Dispõe sobre a implantação da Política da Apicultura como medida estratégica para a inserção do desenvolvimento rural sustentável em assentamentos do Estado de Mato Grosso. ([DOE 09/08/2017 – pág. 2](#))

Lei nº 10.612, de 16 de outubro de 2017 - Define as atividades turísticas que especifica como atividades de "Turismo Rural na Agricultura Familiar". ([DOE 16/10/2017 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 10.701, de 23 de maio de 2018 - Proíbe a exigência de caução de qualquer natureza para internação de animais em hospitais ou clínicas veterinárias da rede privada do Estado, nas hipóteses que especifica. ([DOE 23/05/2018 pág. 1](#))

Lei nº 10.703, de 29 de maio de 2018 - Institui o Passaporte Equestre. ([DOE 07/06/2018 – págs. 182 a 183](#))

Alteração: Lei nº 11.272, de 16 de dezembro de 2020 ([DOE 28/12/2020 – pág. 51](#))

Lei nº 10.740, de 10 de agosto de 2018 - Dispõe sobre a proteção, a identificação e o controle populacional de cães e gatos no Estado de Mato Grosso. ([DOE 10/08/2018 – págs. 2 a 3](#))

. Lei nº 12.391, de 09 de janeiro de 2024 ([DOE 10/01/2024 – pág. 2](#))

Lei nº 10.765, de 21 de setembro de 2018 - Dispõe sobre as penalidades pela prática de maus-tratos contra animais no Estado de Mato Grosso. ([DOE 26/09/2018 – pág. 48](#))

Alteração: Lei nº 10.790, de 28 de dezembro de 2018 ([DOE 28/12/2018 – págs. 4 a 5](#))

Lei nº 10.846, de 14 de março de 2019 - Dispõe sobre o destino de animais resgatados vítimas de abuso e maus-tratos. ([DOE 02/04/2019 – pág. 89](#))

Lei nº 10.872, de 25 de abril de 2019 - Dispõe sobre a obrigação dos Pet Shops, Clínicas Veterinárias e Hospitais Veterinários de informar à Delegacia Especializada do Meio Ambiente (DEMA) os casos de maus-tratos nos animais por eles atendidos. ([DOE 26/04/2019 – pág. 3](#))

Lei nº 11.028, de 29 de novembro de 2019 - Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável da Pecuária de Corte Familiar no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 02/12/2019 - pág. 3](#))

Lei nº 11.031, de 02 de dezembro de 2019 - Dispõe sobre a isenção do pagamento da Taxa de Defesa Sanitária Animal para a emissão da Guia de Trânsito Animal - GTA para as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) e as Associações de Equoterapia, no exercício de suas atividades terapêuticas e educativas no Estado de Mato Grosso. ([DOE 04/12/2019 - pág. 122](#))

Lei nº 11.072, de 07 de janeiro de 2020 - Veda a circulação e a permanência de cães de médio, grande e gigante porte sem coleira, guia curta de condução e focinheira em locais públicos e com grande circulação de pessoas. ([DOE 08/01/2020 - págs. 1 a 2](#))

Alteração: Lei nº 11.656, de 27 de dezembro de 2021 ([DOE 28/12/2021 – pág. 5](#))

Lei nº 11.096, de 19 de março de 2020 - Institui novo Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, bem como a Taxa de Fiscalização Ambiental no Estado de Mato Grosso - TFA/MT. ([DOE 20/03/2020 - págs. 1 a 5](#))

Alteração: Lei nº 12.370, de 26 de dezembro de 2023 ([DOE 27/12/2023 – págs. 4 a 6](#))

Lei nº 11.075, de 08 de janeiro de 2020 - Determina que os produtos apreendidos pelas autoridades competentes sejam destinados às instituições filantrópicas e aos programas e projetos sociais de amparo à criança, ao adolescente, ao idoso e à mulher desenvolvidos pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania. ([DOE 10/01/2020 – pág. 169](#))

Lei nº 11.149, de 28 de maio de 2020 - Institui o banco emergencial de ração para cães e gatos, em situação de abandono e abrigo, destinado a ONG's e protetores independentes previamente cadastrados no Estado de Mato Grosso. ([DOE 29/05/2020 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 11.179, de 24 de julho de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviço público e/ou exercício do poder de polícia em matéria ambiental pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA/MT. ([DOE 05/08/2020 – págs. 1 a 6](#))

Alteração: Lei nº 11.848, de 27 de julho de 2022 ([DOE 28/07/2022 – pág. 1](#))

Lei nº 11.258, de 09 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a criação, o manejo e a exposição de aves da raça Mura - Galo de Combate no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE Edição Extra 09/12/2020 – pág. 1](#))

Lei nº 11.440, de 01 de julho de 2021 - Institui a Campanha Pet Sangue Bom no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 02/07/2021 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 11.441, de 01 de julho de 2021 - Dispõe sobre a reprodução, criação, venda, compra e doação de animais de estimação em estabelecimentos comerciais e assemelhados, no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 02/07/2021 – págs. 2 a 3](#))

Lei nº 11.447, de 06 de julho de 2021 - Cria o Programa de Repovoamento de Peixes nas Barragens de Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas no âmbito do Estado de Mato Grosso, por meio da conversão de multas ambientais decorrentes de mortandade de peixes. ([DOE 12/07/2021 – págs. 130 a 131](#))

Lei nº 11.486, de 29 de julho de 2021 - Proíbe a extração de recursos pesqueiros nos entornos da barragem da Usina Hidrelétrica de Manso. ([DOE 30/07/2021 – págs. 1 a 2](#))

Alterações: Lei nº 11.536, de 22 de outubro de 2021 ([DOE EE 22/10/2021 – pág. 1](#))

. Lei nº 11.676, de 02 de fevereiro de 2022 ([DOE 03/02/2022 – pág. 1](#))

. Lei nº 11.677, de 22 de fevereiro de 2022 ([DOE EE 22/02/2022 – pág. 1](#))

Lei nº 11.545, de 25 de outubro de 2021 - Institui a Política Estadual de Proteção das Baías do Pantanal. ([DOE 26/10/2021 – págs. 5 a 6](#))

Lei nº 11.605, de 09 de dezembro de 2021 - Dispõe sobre a proibição de mutilação e procedimentos cirúrgicos desnecessários em animais para fins estéticos no Estado do Mato Grosso. ([DOE 10/12/2021 – pág. 3](#))

Lei nº 11.660, de 27 de dezembro de 2021 - Institui o Projeto Escola Amiga dos Animais no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 28/12/2021 – pág. 7](#))

Lei nº 11.702, de 30 de março de 2022 - Institui a criação do Programa de Peixamento na Barragem da Usina Hidrelétrica do Manso no Estado de Mato Grosso. ([DOE EE 30/03/2022 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 11.829, de 18 de julho de 2022 - Institui a Campanha de Conscientização contra a Automedicação Animal no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE EE 2 18/07/2022 – pág. 4](#))

Lei nº 11.869, de 31 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a criação, o comércio e o transporte de abelhas-sem-ferrão (meliponíneas) no Estado de Mato Grosso. ([DOE 01/09/2022 – págs. 2 a 3](#))

Lei nº 11.930, de 30 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a autorização para cultivo da espécie exótica *Pangassius Hypophthalmus* no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 01/12/2022 – pág. 3](#))

Lei nº 11.936, de 01 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre a prática de cinoterapia no Estado de Mato Grosso. ([DOE 02/12/2022 – págs. 16 a 17](#))

Lei nº 11.970, de 16 de dezembro de 2022 - Dispõe sobre a delimitação, o ordenamento e o uso das faixas de domínio das rodovias estaduais e das rodovias federais delegadas ao Estado de Mato Grosso. ([DOE EE 16/12/2022 – págs. 1 a 7](#))  
Alteração: Lei nº 12.160, de 20 de junho de 2023 ([DOE 21/06/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.026, de 16 de março de 2023 - Dispõe sobre o cadastramento, monitoramento e recuperação das nascentes, matas ciliares e entorno do Rio Cuiabá e seus afluentes. ([DOE 17/03/2023 – pág. 198](#))

Lei nº 12.038, de 24 de março de 2023 - Proíbe a prática de brigas (rinhas) de cães no Estado de Mato Grosso. ([DOE EE 24/03/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.039, de 24 de março de 2023 - Proíbe a utilização de animais para desenvolvimento, experimento e teste de produtos de limpeza no Estado de Mato Grosso. ([DOE EE 24/03/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.052, de 04 de abril de 2023 - Dispõe sobre a divulgação de informações para atendimento de acidentes com animais peçonhentos e aracnídeos no Estado de Mato Grosso. ([DOE 05/04/2023 – pág. 4](#))

Lei nº 12.077, de 17 de abril de 2023 - Institui a Campanha de Conscientização Sobre a Identificação de Animais Domésticos no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 18/04/2023 – págs. 3 a 4](#))

Lei nº 12.118, de 18 de maio de 2023 - Dispõe sobre a comunicação a órgãos de segurança pública de ocorrência, ou indício de ocorrência, de maus-tratos a animais nos condomínios residenciais localizados no Estado de Mato Grosso. ([DOE 19/05/2023 – pág. 7](#))

Lei nº 12.155, de 19 de junho de 2023 - Veda a utilização de queima e soltura de fogos de estampidos e de artifícios em Mato Grosso. ([DOE 21/06/2023 – pág. 146](#))

Alteração: Lei nº 12.291, de 05 de outubro de 2023 ([DOE 06/10/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.192, de 20 de julho de 2023 - Dispõe sobre o direito da pessoa com transtorno do espectro autista - TEA - de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão de assistência. ([DOE 2ªEE 20/07/2023 – págs. 2 a 3](#))

Lei nº 12.199, de 26 de julho de 2023 - Dispõe sobre a comunicação aos órgãos ambientais competentes sobre a presença de animais silvestres soltos em áreas urbanas ou aprisionados para fins de comércio ilegal. ([DOE 27/07/2023 – pág. 1](#))

Lei nº 12.026, de 16 de março de 2023 - Dispõe sobre o cadastramento, monitoramento e recuperação das nascentes, matas ciliares e entorno do Rio Cuiabá e seus afluentes. ([DOE 17/03/2023 – pág. 198](#))

Lei nº 12.263, de 29 de setembro de 2023 - Dispõe sobre a proibição de realização de tatuagens e colocação de piercings em animais, com fins estéticos, no âmbito de Mato Grosso. ([DOE 02/10/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.295, de 11 de outubro de 2023 - Disciplina procedimentos para a aplicação da medida cautelar de destruição ou inutilização de produtos, subprodutos ou instrumentos utilizados na prática da infração ambiental no âmbito das ações de fiscalização ambiental estadual. ([DOE EE 11/10/2023 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 12.316, de 07 de novembro de 2023 - Proíbe a utilização de animais para o desenvolvimento de experimentos e testes em produtos cosméticos, de higiene pessoal, perfumes e seus componentes no Estado do Mato Grosso. ([DOE EE 07/11/2023 – pág. 2](#))

Lei nº 12.386, de 08 de janeiro de 2024 - Institui o Fundo de Apoio à Agricultura Familiar - FUNDAAF. ([DOE 09/01/2024 – págs. 3 a 5](#))

Lei nº 12.387, de 08 de janeiro de 2024 - Dispõe sobre a manipulação e o beneficiamento de produtos comestíveis de origem animal provenientes da agroindústria familiar ou de pequeno porte no âmbito do Estado de Mato Grosso, bem como sobre seu registro, sua inspeção e sua fiscalização sanitária. ([DOE 09/01/2024 – págs. 3 a 6](#))

Lei nº 12.423, de 05 de fevereiro de 2024 - Dispõe sobre a proibição do uso de coleira antilatido em animais no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 06/02/2024 – pág. 2](#))

Lei nº 12.458, de 15 de março de 2024 - Dispõe sobre a proibição da comercialização e do uso de medicamentos denominados “anti-cio”, para as espécies que especifica. ([DOE EE 15/03/2024 – pág. 3](#))

Lei nº 12.595, de 05 de julho de 2024- Dispõe sobre a criação, o manejo e a exposição de aves da raça Índio Nacional, com vistas a atender os princípios de garantia do bem-estar animal e da preservação da espécie. ([DOE 15/07/2024 – pág. 342](#))

Lei nº 12.829, de 27 de março de 2025 - Institui a Política Estadual dos Serviços Ambientais. ([DOE EE1 27/03/2025 – págs. 1 a 2](#))

## OUTRAS LEIS

Lei nº 5.835, de 03 de outubro de 1991 - Institui e oficializa o Dia do Homem Pantaneiro. ([DOE 03/10/1991 – pág. 1](#))

Lei nº 5.950, de 03 de abril de 1992 - Declara Ave-Símbolo do Pantanal Mato-grossense o Tuiuiu. ([DOE 03/04/1992 – pág. 1](#))

Lei nº 7.570, de 13 de dezembro de 2001 - Institui, no Estado de Mato Grosso, o Dia do Rio Paraguai. ([DOE 13/12/2001 – pág. 1](#))

Lei nº 7.976, de 02 de outubro de 2003 - Institui a Medalha do Mérito Pantaneiro. ([DOE 02/10/2003 – pág. 1](#))

Alteração: Lei nº 8.454, de 13 de janeiro de 2006 ([DOE 13/01/2006 – pág. 6](#))

Lei nº 8.487, de 22 de maio de 2006 - Institui o Tuiuí como ave-símbolo do Estado de Mato Grosso. ([DOE 22/05/2006 – pág. 1](#))

Lei nº 8.646, de 11 de abril de 2007 - Declara de utilidade pública a Associação Mato-grossense Voz Animal – AVA. ([DOE 11/04/2007 – pág. 8](#))

Lei nº 8.739, de 14 de novembro de 2007 - Dispõe sobre a inclusão do Cavalo Pantaneiro como animal-símbolo de Mato Grosso. ([DOE 14/11/2007 – pág. 2](#))

Lei nº 8.905, de 18 de junho de 2008 - Institui o Dia Estadual dos Pescadores no âmbito do Estado de Mato Grosso, a ser comemorado no dia 29 de junho. ([DOE 18/06/2008 – pág. 2](#))

Lei nº 9.231, de 28 de outubro de 2009 - Institui o Dia Estadual da Preservação do Cerrado e a Comenda Lobo Guará. ([DOE 28/10/2009 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 9.343, de 20 de abril de 2010 - Declara de utilidade pública a Federação Mato-grossense de Rodeio – FMTRO, de Cuiabá ([DOE 20/04/2010 – pág. 2](#))

Lei nº 9.358, de 12 de maio de 2010 - Institui o Dia do Pantanal, em Mato Grosso. ([DOE 12/05/2010 – págs. 4 a 5](#))

Lei nº 9.368, de 20 de maio de 2010 - Institui, no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso, o Dia do Peão de Rodeio. ([DOE 20/05/2010 – pág. 5](#))

Lei nº 9.392, de 21 de junho de 2010 - Denomina “Capital do Cavalo Pantaneiro” a cidade de Poconé. ([DOE 21/06/2010 – pág. 1](#))

Lei nº 9.393, de 21 de junho de 2010 - Reconhece o Bovino Pantaneiro como Patrimônio Cultural e Genético do Estado de Mato Grosso. ([DOE 21/06/2010 – pág. 1](#))

Lei nº 9.394, de 21 de junho de 2010 - Declara como integrantes do Patrimônio Histórico, Cultural, Econômico e Turístico do Estado de Mato Grosso as estradas Boiadeiras do Pantanal mato-grossense. ([DOE 21/06/2010 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 9.691, de 29 de dezembro de 2011 - Institui a Matrinxã como Prato Típico da Culinária Regional do Norte Mato-grossense. ([DOE 29/12/2011 – pág. 2](#))

Lei nº 9.761, de 19 de junho de 2012 - Declara de utilidade pública a Associação dos Amigos dos Animais - ANIMAIS, de Barra do Garças. ([DOE 19/06/2012 – pág. 2](#))

Lei nº 9.901, de 11 de abril de 2013 - Institui o Dia do Rio Araguaia. ([DOE 11/04/2012 – pág. 1](#))

Lei nº 9.906, de 06 de maio de 2013 - Institui no Calendário Oficial do Estado de Mato Grosso o “Dia da Proteção Animal”. ([DOE 06/05/2013 – pág. 1](#))

Lei nº 9.960, de 29 de julho de 2013 - Institui o “Dia Estadual da Educação Ambiental”. ([DOE 29/07/2013 – pág. 1](#))

Lei nº 10.146, de 03 de julho de 2014 - Institui, no Estado de Mato Grosso o “Dia Estadual de Adoção de Animais”. ([DOE 03/07/2014 – pág. 4](#))

Lei nº 10.356, de 11 de janeiro de 2016 - Institui o Dia Estadual da Aquicultura e a Semana Estadual da Pesca. ([DOE 12/01/2016 – pág. 89](#))

Lei nº 10.426, de 30 de agosto de 2016 - Institui a Rota do Peixe do Vale do Rio Cuiabá. ([DOE 31/08/2016 – pág. 1](#))

Lei nº 10.551, de 19 de junho de 2017 - Reconhece, no âmbito do Estado de Mato Grosso, como esporte e lazer, a prática do estilingue de dedeira, forquilha, bodoque e boleadeira. ([DOE 17/06/2017 – pág. 1](#))

Lei nº 10.552, de 19 de junho de 2017 - Institui a Semana da Conscientização dos Direitos dos Animais no Estado de Mato Grosso. ([DOE 19/06/2017 – págs. 1 e 2](#))

Alteração: Lei nº 12.220, de 23 de agosto de 2023 ([DOE 24/08/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 10.554, de 19 de junho de 2017 - Declara de utilidade pública a Sociedade Hípica Cuiabana - SHC. ([DOE 19/06/2017 – pág. 2](#))

Lei nº 10.810, de 14 de janeiro de 2019 - Institui o Dia Estadual da Equoterapia no Estado de Mato Grosso. ([DOE 14/01/2019 – pág. 4](#))

Lei nº 10.933, de 23 de agosto de 2019 - Confere ao Município de Cáceres o título de Capital Estadual da Pesca Esportiva. ([DOE 26/08/2019 – pág. 3](#))

Lei nº 10.964, de 14 de outubro de 2019 - Declara de utilidade pública a Associação de Reabilitação e Esporte Equestre Sonho Meu, de Sorriso. ([DOE 15/10/2019 - pág. 6](#))

Lei nº 11.006, de 28 de novembro de 2019 - Institui o Dia do Servidor da Defesa Agropecuária no Estado de Mato Grosso. ([DOE 29/11/2019 - pág. 3](#))

Lei nº 11.013, de 28 de novembro de 2019 - Declara de utilidade pública a Associação Amigos da Equoterapia do Município de Castanheira. ([DOE 29/11/2019 - pág. 4](#))

Lei nº 11.056, de 10 de dezembro de 2019 - Declara de utilidade pública a Organização Não Governamental Anjos de Patas, de Tapurah. ([DOE 11/12/2019 - pág. 3](#))

Lei nº 11.522, de 06 de outubro de 2021 - Institui o Mês Dezembro Verde - Não ao Abandono de Animais no Estado de Mato Grosso. ([DOE 07/10/2021 – pág. 2](#))

Lei nº 11.612, de 09 de dezembro de 2021 - Declara de utilidade pública a Associação Protetora Amamos Animais de Alta Floresta - APAAF. ([DOE 10/12/2021 – pág. 5](#))

Lei nº 11.652, de 27 de dezembro de 2021 - Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Mato Grosso as expressões artísticas e esportivas elencadas e dispõe sobre a proteção ao bem-estar animal. ([DOE 28/12/2021 – pág. 4](#))

Alterações: Lei nº 12.671, de 04 de outubro de 2024 ([DOE 04/10/2024 – págs. 1 a 2](#))

Lei nº 12.757, de 18 de dezembro de 2024 ([DOE 19/12/2024 – pág. 1](#))

Lei nº 11.748, de 03 de maio de 2022 - Declara de utilidade pública a Associação Amigos dos Animais Comodoro - AAMA/MT, de Comodoro. ([DOE 04/05/2022 – pág. 3](#))

Lei nº 11.812, de 21 de junho de 2022 - Declara de utilidade pública a Associação Pontes Lacerdense de Proteção aos Animais - ALPA'S, de Pontes e Lacerda. ([DOE 22/06/2022 – pág. 4](#))

Lei nº 11.856, de 27 de julho de 2022 - Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais do Município de Sinop-APAMS. ([DOE 28/07/2022 – pág. 4](#))

Lei nº 11.879, de 31 de agosto de 2022 - Declara de utilidade pública a Associação Luverdense de Proteção, Adoção e Tratamento de Animais Sem Lar - ALPATAS, de Lucas do Rio Verde. ([DOE 01/09/2022 – pág. 5](#))

Lei nº 11.913, de 31 de outubro de 2022 - Estabelece a instalação de placas de sinalização na Avenida Desembargador Milton Figueiredo Ferreira Mendes, que dá acesso ao Parque das Águas, e na Avenida Érico Preza, que dá acesso ao Parque Tia Nair. ([DOE 01/11/2022 – pág. 5](#))

Lei nº 11.954, de 07 de dezembro de 2022 - Declara de utilidade pública a Associação dos Protetores de Animais de Barra do Bugres - APABB. ([DOE 09/12/2022 – pág. 2](#))

Lei nº 12.033, de 24 de março de 2023 - Institui o Selo Pantanal Sustentável. ([DOE EE 24/03/2023 – pág. 1](#))

Lei nº 12.108, de 08 de maio de 2023 - Declara de utilidade pública a Associação Mato-grossense de Equoterapia e Esporte Equestre - AME, de Cuiabá. ([DOE 09/05/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.119, de 18 de maio de 2023 - Declara de utilidade pública a Associação Mato-grossense Protetora dos Animais - APAM, de Cuiabá. ([DOE 19/05/2023 – pág. 7](#))

Lei nº 12.152, de 16 de junho de 2023 - Declara como patrimônio cultural imaterial do Estado de Mato Grosso o Festival Internacional de Pesca Esportiva (FIPE) de Cáceres. ([DOE 19/06/2023 – pág. 6](#))

Lei nº 12.196, de 20 de julho de 2023 - Declara de utilidade pública a Associação Amigos de Patas de Proteção e Defesa dos Animais de Confresa. ([DOE 2ªEE 20/07/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.204, de 26 de julho de 2023 - Institui o Dia da Cavalgada no Estado de Mato Grosso. ([DOE 27/07/2023 – pág. 3](#))



Lei nº 12.243, de 12 de setembro de 2023 - Institui o Programa Estadual "Adote um Animal". ([DOE 12/09/2023 – pág. 2](#))  
Alteração: Lei nº 12.243, de 12 de setembro de 2023 ([DOE 19/12/2023 – pág. 201](#)) (Rejeição do veto pela AL/MT)

Lei nº 12.275, de 29 de setembro de 2023 - Declara de utilidade pública o Abrigo por Animais Felizes de Rondonópolis-MT. ([DOE 02/10/2023 – pág. 6](#))

Lei nº 12.282, de 29 de setembro de 2023 - Declara de utilidade pública a Associação Late & Mia - Voluntários Aripuanenses e Parceiros em Defesa dos Animais, de Aripuanã. ([DOE 02/10/2023 – pág. 7](#))

Lei nº 12.285, de 29 de setembro de 2023 - Declara de utilidade pública a Associação de Equoterapia de Araputanga. ([DOE 02/10/2023 – pág. 7](#))

Lei nº 12.324, de 16 de novembro de 2023 - Institui a Campanha de Conscientização sobre a Castração e Combate ao Câncer em Animais no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE EE2 16/11/2023 – pág. 1](#))

Lei nº 12.325, de 16 de novembro de 2023 - Declara de utilidade pública a Associação É o Bicho MT, de Cuiabá. ([DOE EE2 16/11/2023 – pág. 2](#))

Lei nº 12.350, de 07 de dezembro de 2023 - Institui o Dia do CAC - Caçador, Atirador e Colecionador. ([DOE EE2 07/12/2023 – pág. 3](#))

Lei nº 12.494, de 17 de abril de 2024 - Declara de utilidade pública a Associação Ajuda aos Animais de Cáceres. ([DOE 18/04/2024 – pág. 3](#))

Lei nº 12.502, de 25 de abril de 2024 - Declara de utilidade pública a Proteção Animal, de Pedra Preta. ([DOE 26/04/2024 – pág. 2](#))

Lei nº 12.559, de 24 de junho de 2024 - Institui a Campanha de Conscientização sobre a FELV (Leucemia Viral Felina) no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 25/06/2024 – pág. 1](#))

Lei nº 12.573, de 25 de junho de 2024 - Declara de utilidade pública a Associação Protetora dos Animais - APA, de Alto Garças. ([DOE 26/06/2024 – pág. 1](#))

Lei nº 12.585, de 27 de junho de 2024 - Reconhece o peixe Dourado (*Salminus brasiliensis*) como peixe símbolo da fauna aquática no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 28/06/2024 – pág. 2](#))

Lei nº 12.646, de 04 de setembro de 2024 - Institui a Campanha Abril Laranja no Estado de Mato Grosso, destinada à conscientização sobre a prevenção contra a crueldade animal. ([DOE 05/09/2024 – pág. 1](#))

Lei nº 12.686, de 10 de outubro de 2024 - Institui o Programa de Valorização de Protetores e Cuidadores de Animais Soltos e/ou Abandonados. ([DOE 11/10/2024 – págs. 4 a 5](#))

Lei nº 12.719, de 14 de novembro de 2024 - Declara de utilidade pública a Associação de Proteção dos Animais - APANM, de Nova Mutum. ([DOE 14/11/2024 – pág. 1](#))

Lei nº 12.729, de 25 de novembro de 2024 - Institui a Política Estadual de Prevenção e Combate à Esporotricose. ([DOE EE 25/11/2024 – pág. 1](#))

Lei nº 12.743, de 6 de dezembro de 2024 - Declara de utilidade pública a Associação Luta e União de Amigos para Animais em Risco - LUNAAR, de Cuiabá. ([DOE 06/12/2024 – pág. 2](#))

Lei nº 12.804, de 7 de fevereiro de 2025 - Institui o selo PET Friendly como forma de certificação oficial aos estabelecimentos privados ou públicos que promovam o bem-estar animal. ([DOE 10/02/2025 – pág. 2](#))

## DECRETOS

Decreto nº 1.795, de 4 de novembro de 1997 - Dispõe sobre o Sistema Estadual de Unidades de Conservação. ([DOE 04/11/1997 – págs. 1 a 3](#))

Decreto nº 6.998, de 1º de fevereiro de 2006 - Institui e disciplina o funcionamento do Campeonato Estadual de Pesca do Estado de Mato Grosso – CEP/MT. ([DOE 01/02/2006 – págs. 1 a 3](#))  
Alteração: Decreto nº 432, de 13 de junho de 2011 ([DOE 13/06/2011 – pág. 6](#))

Decreto nº 8.150, de 27 de setembro de 2006 - Disciplina a limpeza de pastagens no Pantanal do Estado de Mato Grosso. ([DOE 27/09/2006 – pág. 3](#))

Decreto nº 290, de 25 de maio de 2007 - Aprova o Regulamento da Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal no Estado de Mato Grosso. ([DOE 25/05/2007 – págs. 1 a 19](#))  
Alteração: Decreto nº 1.537, de 21 de agosto de 2008 ([DOE 21/08/2008 – pág. 6](#))

Decreto nº 2.716, de 03 de agosto de 2010 - Instala o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional do Estado de Mato Grosso - CIMAN/MT. ([DOE 03/08/2010 – págs. 2 a 3](#))

Decreto nº 3.065, de 15 de dezembro de 2010 - Institui o Comitê Estadual de Epizootias com Impactos na Saúde Pública do Estado de Mato Grosso. ([DOE 15/12/2010 – pág. 4](#))

Decreto nº 2.594, de 13 de novembro de 2014 - Cria a Câmara de Compensação Ambiental, disciplina a compensação por significativo impacto ambiental. ([DOE 13/11/2014 – págs. 1 a 3](#))

Alterações: Decreto nº 2.630, de 04 de dezembro de 2014 ([DOE 04/12/2014 – pág. 1](#))

. Decreto nº 909, de 29 de abril de 2021 ([DOE 29/04/2021 – pág. 4](#))

Decreto nº 111, de 02 de junho de 2015 - Institui o Grupo de Trabalho para elaboração do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Pantanal Matogrossense - Pró-Pantanal. ([DOE 02/06/2015 – pág. 1](#))

Decreto nº 883, de 21 de março de 2017 - Institui a Comissão Estadual do Zoneamento Socioeconômico Ecológico - CEZSEE/MT. ([DOE 21/03/2017 – págs. 13 a 14](#))

Alteração: Decreto nº 299, de 21 de novembro de 2019 ([DOE 22/11/2019 - pág. 3](#))

Decreto nº 1.260, de 10 de novembro de 2017 - Regulamenta a Lei Estadual nº 10.486, de 29 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a defesa sanitária animal no Estado de Mato Grosso. ([DOE 10/11/2017 – págs. 6 a 21](#))

Alteração: Decreto nº 1.393, de 15 de março de 2018 ([DOE 15/03/2018 – págs. 1 a 2](#))

Decreto nº 218, de 21 de agosto de 2019 - Regulamenta os procedimentos para o reconhecimento da equivalência dos Serviços de Inspeção dos Municípios para adesão, individualmente ou por meio de consórcios, ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar de Pequeno Porte - SUSAF/MT. ([DOE 22/08/2019 – págs. 1 a 6](#))

Decreto nº 337, de 23 de dezembro de 2019 - Disciplina o procedimento de licenciamento ambiental para cultivo de espécies aquícolas alóctones, híbridas e exóticas no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 26/12/2019 - págs. 5 a 7](#))

Decreto nº 697, de 03 de novembro de 2020 - Regulamenta o procedimento de licenciamento ambiental no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA. ([DOE 04/11/2020 – págs. 2 a 9](#))

Alterações: Decreto nº 1.299, de 22 de fevereiro de 2022 ([DOE EE 22/02/2022 – págs. 3 a 4](#))

. Decreto nº 1.522, de 08 de novembro de 2022 ([DOE EE2 09/11/2022 – pág. 1](#))

Decreto nº 1.268, de 25 de janeiro de 2022 - Regulamenta os procedimentos de lançamento e cobrança das taxas decorrentes da prestação de serviço público e/ou exercício do poder de polícia em matéria ambiental, bem como define os empreendimentos e atividades passíveis de licenciamento ambiental. ([DOE EE 25/01/2022 – págs. 7 a 18](#))

Alteração: Decreto nº 1.585, de 21 de dezembro de 2022. ([DOE 22/12/2022 – págs. 14 a 25](#))

Decreto nº 1.313, de 11 de março de 2022 - Regulamenta a Gestão Florestal do Estado de Mato Grosso. ([DOE EE 11/03/2022 – págs. 5 a 14](#))

Alterações: Decreto nº 680, de 02 de fevereiro de 2024 ([DOE 05/02/2024 – pág. 2](#))

. Decreto nº 1.184, de 17 de dezembro de 2024 ([DOE EE 17/12/2024 – págs. 1 a 2](#))

Decreto nº 1.436, de 18 de julho de 2022 - Dispõe sobre o processo administrativo estadual de apuração das infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, regulamenta o Programa de Conversão de Multas Ambientais. ([DOE 19/07/2022 – págs. 1 a 9](#))

Alterações: Decreto nº 218, de 31 de março de 2023 ([DOE 31/03/2023 – pág. 11](#))

. Decreto nº 275, de 09 de maio de 2023 ([DOE 10/05/2023 – pág. 2](#))

. Decreto nº 1.289, de 16 de janeiro de 2025 ([DOE EE2 17/03/2025 – págs. 9 a 10](#))

Decreto nº 1.478, de 08 de setembro de 2022 - Cria o Grupo Estadual de Emergências Zoossanitárias do Estado de Mato Grosso-GEEZ/MT e o Comitê Estadual de Preparação e Resposta as Emergências Zoossanitárias do Estado de Mato Grosso-CEPREZ/MT. ([DOE 09/09/2022 – págs. 4 a 5](#))

Decreto nº 412, de 31 de agosto de 2023 - Declara estado de emergência zoossanitária no âmbito do estado de Mato Grosso, por 180 (cento e oitenta) dias, em função da detecção da infecção pelo vírus da influenza aviária H5N1 de alta patogenicidade (IAAP) em aves silvestres e doméstica no Brasil. ([DOE EE2 31/08/2023 – pág. 3](#))

Decreto nº 677, de 01 de fevereiro de 2024 - Regulamenta o Art. 19-A da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso. ([DOE EE 02/02/2024 – págs. 485 a 486](#))

Decreto nº 678, de 01 de fevereiro de 2024 - Regulamenta o art. 46-A, o art. 46-B e o art. 46-C da Lei nº 9.096, de 16 de janeiro de 2009, que "Dispõe sobre a Política da Pesca no Estado de Mato Grosso e dá outras providências". ([DOE EE 02/02/2024 – págs. 486 a 489](#))

Alteração: Decreto nº 1.190, de 19 de dezembro de 2024 ([DOE EE 19/12/2024 – pág. 12](#))

Decreto nº 877, de 17 de maio de 2024 - Regulamenta a Lei nº 12.387, de 08 de janeiro de 2024, que "Dispõe sobre a manipulação e o beneficiamento de produtos comestíveis de origem animal provenientes da agroindústria familiar ou de pequeno porte no âmbito do Estado de Mato Grosso, bem como, seu registro, inspeção e fiscalização sanitária". ([DOE 17/05/2024 – págs. 1 a 5](#))

Decreto nº 774, de 14 de março de 2024 - Regulamenta a Lei nº 8.830, de 21, de janeiro de 2008, que estabelece a Política Estadual de Gestão e Proteção à Bacia do Alto Paraguai no Estado de Mato, e dispõe sobre a Área de Uso Restrito da Planície Alagável da Bacia do Alto Paraguai - BAP, no Estado de Mato Grosso. ([DOE 29/05/2024 – págs. 3 a 8](#))

Decreto nº 1.210, de 2 de janeiro de 2025 - Aprova o Regimento Interno da Secretaria da Secretaria do Meio Ambiente - SEMA. ([DOE 03/01/2025 – págs. 1 a 30](#))

Decreto nº 1.245, de 6 de janeiro de 2025 - Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA, a redistribuição de cargos em comissão e funções de confiança. ([DOE 07/01/2024 – págs. 13 a 19](#))

## **INSTRUÇÕES NORMATIVAS**

Instrução Normativa SEMA nº 06, de 07 de dezembro de 2006 - Dispõe sobre a alienação de produtos e instrumentos perecíveis e não perecíveis da fauna, flora e dos recursos pesqueiros, bem como os instrumentos, apetrechos ou equipamentos apreendidos pela fiscalização, após prévia avaliação, pela Comissão de Alienação de Produtos e Instrumentos Apreendidos. ([DOE 07/12/2006 – págs. 30 a 31](#))

Instrução Normativa (SEMA e SES) nº 001, de 24 de março de 2008 - Estabelece atribuições ao Poder Público e responsabilidades ao Estabelecimento gerador de resíduos de serviços de saúde, bem como o Termo de Referência para elaboração e apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde - PGRSS. ([DOE 12/06/2008 – págs. 27 a 31](#))

Instrução Normativa SEMA nº 005, de 26 de março de 2008 - Dispõe sobre os Acordos de Pesca no Estado de Mato Grosso. ([DOE 28/03/2008 – pág. 55](#))

Instrução Normativa Conjunta SEDRAF/INDEA nº 01 de 2011 - Institui a Autorização de Despesca como documento sanitário. ([DOE 02/12/2011 – pág. 29](#))

Instrução Normativa SEMA nº 001, de 11 de maio de 2012 - Disciplina os procedimentos para a emissão de Autorização Ambiental de eventos de Competição de Pesca no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 15/05/2012 – págs. 16 a 17](#))

Instrução Normativa SEMA nº 02, de 05 de julho de 2018 - Estabelece o procedimento para solicitação e análise de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS madeireiro. ([DOE 05/07/2018 – págs. 37 a 38](#))

Instrução Normativa SEMA nº 07, de 03 de setembro de 2021 - Institui o procedimento administrativo para a operacionalização e cumprimento da compensação ambiental de que trata o art. 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no âmbito das Unidades de Conservação instituídas pelo Estado de Mato Grosso. ([DOE 08/09/2021 – págs. 10 a 15](#))

Instrução Normativa SEMA nº 08, de 16 de novembro de 2021 - Dispõe sobre o depósito e a guarda provisória e definitiva de animais silvestres apreendidos, resgatados ou entregues espontaneamente, no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 17/11/2021 – págs. 5 a 7](#))

Instrução Normativa SEMA nº 02, de 24 de junho de 2024 - Dispõe sobre a criação de cadastro de voluntários para atuação estratégica envolvendo animais silvestres, dentro de Unidades de Conservação Estaduais, e em ambientes sob desastres no Estado de Mato Grosso. ([DOE 25/06/2024 – págs. 18 a 19](#))

## **PORTARIAS**

Portaria SEMA nº 02, de 12 de janeiro de 2007 - Cria Grupo de Trabalho Técnico (GTT-FAUNA). ([DOE 12/01/2007 -pág. 6](#))

Portaria SEMA nº 88, de 16 de junho de 2008 - Institui o acordo de pesca na área da comunidade Tarumã localizada à margem do Rio Cuiabá. ([DOE 17/06/2008 – pág. 28](#))

Portaria SEMA nº 106, de 21 de agosto de 2008 - Cria a Coordenação Estadual do Projeto "Manejo Integrado de Recursos Aquáticos na Amazônia" – AquaBio no Estado de Mato Grosso. ([DOE 22/08/2008 – pág. 17](#))

Portaria SEMA nº 110, de 01 de setembro de 2008 - Institui o acordo de pesca na área da comunidade São Gonçalo Beira Rio localizada no município de Cuiabá, as margens do Rio Cuiabá. ([DOE 05/09/2008 – págs. 30 a 31](#))

Portaria SEMA nº 117, de 22 de setembro de 2008 - Cria o Comitê Estadual de Acompanhamento do Projeto Manejo Integrado de Recursos Aquáticos na Amazônia – AquaBio para apoiar a implementação e execução no âmbito do Projeto no Estado de Mato Grosso. ([DOE 23/09/2008 – págs. 13 a 14](#))

Portaria SEMA nº 131 DE 14 de outubro de 2008 - Aprova o Regimento Interno do Comitê Estadual de Acompanhamento do Projeto AquaBio no Estado de Mato Grosso. ([DOE 15/10/2008 – págs. 34 a 35](#))

Portaria SEMA nº 29, de 06 de abril de 2009 - Define as espécies de iscas aquáticas passíveis de captura, transporte e comercialização, no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 29/07/2009 – pág. 12](#))

Portaria SEMA nº 126, de 29 de julho de 2010 - Institui o acordo de pesca na região do Arrombado, localizada no município de Barão de Melgaço, às margens do Rio Cuiabá. ([DOE 29/07/2010 – pág. 45](#))

Portaria SEC nº 016 DE 2010 - Dispõe sobre o Registro do bem imaterial para o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Mato Grosso a "CANOA PANTANEIRA" meio de transporte e de pesca de sobrevivência nos rios da bacia pantaneira e amazônica. ([DOE 24/03/2010 – págs. 28 a 29](#))

Portaria SEMA nº 134, de 10 de maio de 2011 - Institui o acordo de pesca na área da Microbacia do Rio Juruena localizada nos municípios de Brasnorte, Juína, Juara, Castanheira, Nova Bandeirante e Juruena, às margens dos Rios do Sangue, Juruena, Vermelho e Arinos. ([DOE 12/05/2011 – págs. 19 a 20](#))

Portaria Conjunta SEDRAF/INDEA nº 06 DE 2011 - Cria o Programa Estadual de Sanidade Aquícola e adota medidas de defesa sanitária. ([DOE 02/12/2011 – págs. 29 a 30](#))

Retificação: Portaria Conjunta SEDRAF/INDEA nº 001 DE 2013 ([DOE 21/05/2013 – pág. 24](#))

Portaria SEMA nº 181, de 28 de abril de 2014 - Constitui Grupo Especial de Trabalho para elaboração e regulamento sobre iscas vivas aquáticas. ([DOE 02/05/2014 – pág. 15](#))

Portaria Sefaz nº 005 DE 2014 - Dispõe sobre o Cadastro de Contribuintes do ICMS do Estado de Mato Grosso. ([DOE 31/01/2014 – págs. 22 a 33](#)) (Obs: norma com várias alterações posteriores. [CONSOLIDAÇÃO](#))

Portaria SEMA nº 133, de 16 de fevereiro de 2017 - Institui o Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal de Mato Grosso. ([DOE 20/02/2017 – págs. 8 a 9](#))

Alteração: Portaria nº 810/2022/SEMA/MT ([DOE 29/09/2022 – pág. 33](#))

Portaria SEMA nº 345 - Aprova o Regimento Interno do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal - Mato Grosso - CERBPantanal - MT. ([DOE 10/05/2018 – págs. 59 a 61](#))

Alteração: Portaria nº 812/2022/SEMA/MT ([DOE 29/09/2022 – pág. 33](#))

Portaria SEMA nº 1.074/2019/SEMA/MT - Aprova e tornar público os Termos de Referência Padrão para obtenção de Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação da atividade de aquicultura para criação das espécies exóticas e alóctones. ([DOE 26/12/2019 – págs. 39 a 40](#))

Portaria Conjunta SEMA/SEDEC nº 001/2022 - Institui a Comissão Especial de Licitação de Obras e Serviços de Engenharia para licitar, contratar, monitorar e fiscalizar a construção, ampliação ou reforma dos Centros de Triagens e Monitoramento de Animais Silvestres - CETRAS/MT. ([DOE 10/02/2022 – págs. 13 a 14](#))

Alteração: Portaria Conjunta SEMA/SEDEC nº 001/2023 ([DOE 06/03/2023 – pág. 39](#))

Portaria nº 854/2023/SEMA/MT - Nomeia os representantes dos órgãos e entidades como membros do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera do Pantanal de Mato Grosso - CERBPantanal-MT, no período 2023 e 2025. ([DOE 24/08/2023 – pág. 69](#))

Alteração: Portaria nº 1124/2023/SEMA/MT ([DOE 14/11/2023 – pág. 17](#))

Portaria nº 49/2023/GSALARH/SEMA/MT - Dispõe sobre a notificação dos responsáveis técnicos para realização de inscrição no CTF - Cadastro Técnico Federal, sob pena de suspensão de Licença e autorizações emitidas pela SEMA/MT. ([DOE 10/11/2023 – págs. 31 a 32](#))

Portaria Conjunta nº 01, de 14 de novembro de 2023 - Dispõe sobre a excepcionalidade de requisitos para licenciamento ambiental estadual concernente à destinação de carcaças, produtos e subprodutos de origem animal ou destruição de animais mortos nas condições de declaração de emergência zootossanitária. ([DOE 04/12/2023 – pág. 22](#))

## **RESOLUÇÕES CONSEMA**

Resolução Consema nº 09, de 14 de maio de 1996 - Proíbe a captura, o transporte e a comercialização das espécies abaixo relacionadas, provenientes de ambientes naturais, cujo comprimento seja inferior ao que estabelece, nas respectivas bacias hidrográficas. ([DOE 21/05/1996 – pág. 10](#))

Resolução Consema nº 15 DE 24 de agosto de 1999 - Estabelece normas para o transporte do pescado. ([DOE 16/09/1999 – pág. 6](#))

Resolução Consema nº 15, de 20 de agosto de 2002 - Permite o uso do anzol de galho somente para pescadores profissionais devidamente cadastrados. ([DOE 28/08/2002 – pág. 42](#))

Resolução Consema nº 32, de 31 de julho de 2008 - Revoga a Resolução Consema 001/2000 em sua totalidade e dispõe sobre a definição do período de piracema pelo Consema. ([DOE 04/08/2008 – págs. 11 a 12](#))

Resolução Consema nº 58, de 30 de junho de 2011 - Revoga as Resoluções nº 26/04, 46/04 e 03/05 do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA. ([DOE 05/07/2011 – págs. 26 a 27](#))

Resolução Consema nº 85, de 18 de agosto de 2011 - Dispõe sobre a regulamentação de observação de onças pintadas (*Panthera onca*) ou pardas (*Puma concolor*) em vida livre no Estado de Mato Grosso. ([DOE 19/08/2011 – págs. 10 a 11](#))

Resolução Consema nº 80, de 03 de outubro de 2012 - Indica representantes para comporem a Comissão Especial Permanente de Recursos Pesqueiros e Pesca. ([DOE 03/10/2012 – pág. 23](#))

Resolução Consema nº 41, de 20 de outubro de 2021 - Define as atividades e empreendimentos que causam ou possam causar impacto ambiental local, fixa normas gerais de cooperação técnica entre a Secretaria de Estado de Meio Ambiente-SEMA e Prefeituras Municipais nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas em conformidade com o previsto na lei complementar nº 140/2011. ([DOE 28/10/2021 – págs. 97 a 103](#))

Resolução Consema nº 45, de 31 de agosto de 2022 - Regulamenta a proteção e o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos localizados em áreas úmidas no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 05/09/2022 – págs. 36 a 38](#))

## **RESOLUÇÕES CEPESCA**

Resolução Cepasca nº 02, de 17 de abril de 2015 - Cria a Câmara Temporária da Piracema para definir critérios, periodicidade, ações e procedimentos para monitoramento nas três regiões hidrográficas do estado de Mato Grosso. ([DOE 17/04/2015 – pág. 51](#))

Resolução Cepasca nº 03, de 29 de abril de 2015 - Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual de Pesca - CEPESCA. ([DOE 30/04/2015 – págs. 34 a 36](#))

Resolução Cepasca nº 06, de 26 de agosto de 2015 - Prorroga o prazo para a Câmara Técnica Temporária da Piracema para definir critérios, periodicidade, ações e procedimentos para monitoramento nas três regiões hidrográficas do estado de Mato Grosso a partir de 2016. ([DOE 08/09/2015 – pág. 18](#))

Resolução Cepasca nº 03, de agosto de 2016 - Dispõe sobre a regulamentação da letra "c" e definição da "amoladilha", do inciso V, do art. 25 da Lei 9.096/2009 e suas alterações. ([DOE 23/08/2016 – págs. 77 a 78](#))

Resolução Cepasca nº 04, de 30 de novembro de 2016 - Cria a Câmara Técnica da Lei da Pesca para revisão, discussão e aprimoramento da minuta da lei. ([DOE 14/12/2016 – pág. 11](#))

Resolução Cepasca nº 01, de janeiro de 2018 - Institui o grupo de trabalho para a normatização da aquicultura no estado do Mato Grosso. ([DOE 05/01/2018 – pág. 14](#))

Resolução Cepasca nº 02, de janeiro de 2018 - Estabelece restrições à pesca amadora e comercial no entorno da Estação Ecológica de Taiamã, na bacia do rio Paraguai. ([DOE 05/01/2018 – pág. 15](#))

Resolução Cepasca nº 06, de 28 de dezembro de 2018 - Dispõe sobre a regulamentação de Barracos e Tabuados de Pescadores Artesanais. ([DOE 28/12/2018 – págs. 151 a 152](#))

Resolução Cepasca nº 03, de 26 de novembro de 2019 - Institui o grupo de trabalho para viabilizar a implantação e execução do Projeto Piracema Induzida no estado do Mato Grosso. ([DOE 26/11/2019 - págs. 41 a 42](#))

Resolução Cepasca nº 06, de 15 de setembro de 2022 - Estabelece a medida mínima para a captura do peixe-palmito (*Ageneiosus valenciennesi*) nos rios das Bacias Hidrográficas do Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins, em Mato Grosso. ([DOE 19/09/2022 – pág. 26](#))

Resolução Cepasca nº 02, de 07 de março de 2024 - Regulamenta a captura e transporte de peixes exóticos nos rios das Bacias Hidrográficas do Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins, no Estado de Mato Grosso. ([DOE 18/03/2024 – págs. 26 a 27](#))

Resolução Cepasca nº 01, de 11 de abril de abril de 2025 - Estabelece o período de defeso da piracema nos rios das Bacias Hidrográficas do Paraguai, Amazonas e Araguaia-Tocantins, em Mato Grosso. ([DOE 25/04/2025 – págs. 18 a 19](#))

## **OUTRAS RESOLUÇÕES**

Resolução AL/MT nº 3.913, de 04 de junho de 2014 - Institui o Certificado de Expressão Ambiental no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. ([DOE 05/06/2014 – pág. 84](#))

Resolução AL/MT nº 3.573, de 10 de junho de 2014 - Dispõe sobre o Prêmio de Reconhecimento pela Atuação para a Sustentabilidade Socioambiental, no âmbito do Estado de Mato Grosso. ([DOE 12/06/2014 – pág. 23](#))

Resolução AGER nº 003/2014 - Disciplina o embarque e transporte de animais domésticos e cães-guias nos veículos que operam no Sistema do Transporte Coletivo Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado de Mato Grosso, de que trata a Lei nº. 10.063, de 12 de março de 2014. ([DOE 18/12/2014 – págs. 62 a 63](#))

Resolução CEDRS/MT nº 03, de 10 de maio de 2022 - Dispõe sobre a instituição da Câmara Setorial da Sociobiodiversidade - CSSB de Mato Grosso. ([DOE 27/09/2022 – págs. 34 a 35](#))

Resolução CEDRS/MT nº 05, de 16 de setembro de 2022. Dispõe sobre a instituição da Câmara Setorial da Apicultura e Meliponicultura - CSAM de Mato Grosso. ([DOE 27/09/2022 – págs. 35 a 36](#))

## **TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

TCT Nº 001/2010/SEMA (SEMA e Associação dos Pescadores Profissionais de Cáceres – MT) - tem por objetivo a distribuição de Declaração de Pesca Individual (DPI) e a Guia de Trânsito e Controle de Pescado (GTCP) aos pescadores profissionais associados e comerciantes interessados. ([DOE 28/04/2010 – pág. 23](#))

Termo de Acordo de Cooperação Técnica nº 021/2013 (SEMA e Ibama) - Estabelece Cooperação Técnica entre os partícipes visando à realização de ações conjuntas destinadas à gestão compartilhada dos recursos faunísticos. ([DOE 13/09/2013 – pág. 25](#))

## **LEGISLAÇÃO MUNICIPAL**

### **• CÁCERES**

Resolução COMDEMA (Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) nº 001 de 2009 - Estabelece para a atividade pesqueira amadora a cota de captura e transporte em cinco quilos e um exemplar, respeitando-se as medidas mínimas estabelecidas por lei, a partir de 1º de janeiro de 2010.